

LEITORES DESLEGITIMADOS, LEITURAS ANÔNIMAS E LIVROS DE LEITURAS DE AUTORES MARANHENSES NA IMPRENSA LOCAL (1822-1889)

DISLEGITIMATED READERS, ANONYMOUS READINGS AND READING BOOKS BY AUTHORS FROM MARANHENSE IN THE LOCAL PRESS (1822-1889)

Samuel Luis Velázquez Castellanos

Universidade Federal do Maranhão
samuel.velazquez@ufma.br

RESUMO

Neste artigo explana-se a imprensa local e os livros de leitura de autores maranhenses, que destinados a um leitor ideal, referendam práticas leitoras marginais e leitores deslegitimados pela história oficial. Cruzam-se estes suportes com correspondências de gestores e professores, além de relatórios de inspetores e presidentes de província, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da história cultural, em que trajetórias indeterminadas aparecem. Conclui-se que pobres, escravos e mulheres, mesmo ignorados/silenciados, interceptaram escritos e fizeram diversos usos; práticas desiguais que pretensamente reguladas, denunciam inventividades e táticas de apropriação que marcaram a diferenciação.

Palavras-chave: Leitores/Leituras anônimos. Livros de leitura do Maranhão. Imprensa Maranhense

ABSTRACT

This article explains the local printing press and reading books by Maranhenses authors, which, intended for an ideal reader, refer to marginal reading practices and readers delegitimized by official history. These supports are crossed with letters from managers and teachers, as well as reports from inspectors and province presidents, based on the theoretical-methodological principles of cultural history, in which indeterminate trajectories appear. It is concluded that the poor, slaves and women, even silenced, intercepted writings and made various uses; unequal practices that presumably regulated, denounce inventiveness and appropriation tactics that marked the differentiation.

Keywords: Anonymous readers/readers. Reading books from Maranhão. Press Maranhense

1. Introdução

As referências ao livro, à leitura e aos leitores não parecem ser aspectos centrais e determinantes na existência dos impressos nas três primeiras décadas de sua implantação no Maranhão pós-independência, por ser um espaço disputado e conturbado devido às indefinições políticas, às imprecisões partidárias e à crise identitária que atingia o país. Se os jornais, como objetivo precursor, tentavam posicionar-se entre o estrangeiro e o nacional, entre o pátrio e o local, entre ser conservador ou liberal, convivendo nas areias movediças ocupadas por portugueses e maranhenses que procuravam reconhecimento e instigavam embates sobre a legitimidade do Sistema Imperial, visando possibilidades e alternativas plausíveis na construção do futuro Regime Republicano (já latentes desde a

iniciativa da Constituinte); no meio de ditos e enfrentamentos, no centro de conflitos e retaliações, no entrecruzamento de discursos e difamações, de denúncias e descréditos, exprimem-se nos registros diferentes configurações que faziam referência à leitura, ao livro escolar e aos leitores, mesmo que de forma velada ou não intencionada, por quem escrevia, editava e/ou produzia o jornal.

É nesse sentido que prestar atenção aos posicionamentos dos registros na topografia do jornal, ter cautela na identificação da variabilidade dos recursos utilizados¹ e ousar interpretar o teor dos escritos se fez necessário, embora a modalidade das falas, os estilos da grafia e a utilização de palavras - usuais ao século XIX-, me sejam estranhas ou se constituam “palavras alheias” (BAKTHIN, 1985), já que a identificação de alguns elementos, se não deram conotação exata do significado que teria a leitura, o livro escolar (ou não escolar) e o leitor no início da imprensa maranhense, na contramão recursos expressos e em oposição à existência e à razão de ser do jornal, referenciam de forma arbitrária ou talvez maniqueísta a representatividade do livro escolar como cultura material da escola, diversas práticas de leitura e perfis de diferentes leitores autorizados ou não, ainda que por meio de denúncias, avisos, anúncios ou outros mecanismos articuladores (CASTELLANOS, 2022a, 2022b).

Este trabalho sustentado na história cultural se fundamenta em explicar em que medida a imprensa local como suporte cultural, destinados a um tipo de leitor ideal ou escolarizado, referenda em constante intermitência e em direção oposta a suas concepções e propósitos iniciais, uma prática leitora marginal e a presença de leitores deslegitimados pela história oficial? Nesse sentido, repertoriar via imprensa e livros de leituras de autores maranhenses, pistas que denunciem indicativos de leitores permitidos e os não reconhecidos, mas nem por isso menos consumistas culturais num tempo e num espaço que em princípio não lhes fora destinado é o objetivo deste artigo. Sujeitos indômitos que independentemente das estruturas impostas souberam transpô-las partindo de diferentes situações, usos e práticas que devem ser identificadas, analisadas, e no limite do possível, interpretadas e compreendidas. Índícios presentes na imprensa oitocentista analisada como objeto e como fonte, que ao ser exumada me conduziu ao estudo dos livros escolares escritos por autores regionais e produzidos por editoras locais concebidos aqui como um outro objeto.

2. A presença do leitor ideal: *os intelectuais*

Um leitor ideal, mesmo em expansão e arquitetado pelos jornais, deve-se sobremaneira à formação educacional de maranhenses em instituições de ensino superior na Europa e em outras localidades do Brasil, como Olinda, Rio de Janeiro e Salvador. Em que pese à manutenção do escasso ensino nas colônias ter sido a característica própria do predomínio lusitano, no período imperial a pensada homogeneidade ideológica e de treinamento, mediada pela instrução, deveria reduzir os conflitos intra-elites e forneceria a concepção de determinado modelo de dominação política. Essa homogeneidade se daria pelo processo de socialização das elites direcionadas à educação, à ocupação e às carreiras políticas (CARVALHO, 2006). Nessa lógica, a influência dos depositários do saber no plano dos entraves políticos, ideológicos e instrucionais, pode ser observada na crítica sobre o pseudônimo de “um constitucional paraense” ao estado em que se encontrava a instrução/educação da mocidade brasileira pós-independência e à falta absoluta de estabelecimentos literários em todas as capitais, especificamente, no Maranhão, bastando discorrer por cidades, vilas ou capitais.

¹ Notícias, avisos, assuntos, subscrições, doações e vendas. Títulos ou cabeçalhos em que aparecem os livros escolares registrados nos jornais da época.

Que estabelecimentos litterarios o Maranhão donde, ainda não há seis annos, sê hia aprender Latim ao Pará? Quaes o Pihahuhi e o Pará, quaes o Ceará? Quaes o Rio Grande do Norte, a Paraiba, Pernambuco, a Bahia & c. Aonde os depósitos dos conhecimentos humanos, que se possam consultar? Aonde as Academias? Aonde as Sociedades Litteratas? Onde as Imprensas? Onde a importação dos livros? Onde os Gabinetes das producções da Natureza? (O Conciliador do Maranhão, 1822, n. 79, p. 3).

O impresso além de ser utilizado para a formação do leitor e o ensino da escrita, para a formação profissional dos indivíduos e, mesmo como instrumento de apoio para as escolas de primeiras letras, precisamente pela falta de material escolar percebida pelos inúmeros pedidos de livros, cartilhas, catecismos, exemplares de escrita, lousas para os exercícios aritméticos, entre outros utensílios pedagógicos, feito pelos professores aos delegados literários e aos inspetores da instrução pública; também tem se constituído um lugar privilegiado de culto aos artefatos de cultura, ao dispor e divulgar títulos importantes para serem vendidos, consumidos, postos em circulação e dados a ler.

Entre os avisos de venda e a captação de subscrições para a produção das obras, os anúncios de volumes a baixo preço para o ensino primário e para os exames gerais e preparatórios transformaram-se numa estratégia de distribuição e consumo entre editores e livreiros. Entre os livros de leitura garimpados nas fontes, além do acesso à 1ª, 4ª e à 9ª edição d'*O Livro do Povo*, escrita por Antônio Marques Rodrigues (1861, 1865, 1881) e impressas na tipografia de Frias; duas obras de César Augusto Marques produzidas também por Frias (na rua da Palma, nº. 7) e vendidas na Livraria Popular de Magalhães e na Botica Imperial (respectivamente) aparecem adotadas nas escolas de primeiras letras em toda a Província do Maranhão: *Aos Meus Meninos* (1874) e *Almanaque das Lembranças Brasileiras* (1862); como também o *Livro dos Meninos* (1864), pelo Dr. Antonio Rego em II volumes², direcionado para o ensino inicial da leitura; isto é, para a alfabetização. A sua vez, outros exemplares de leitura foram identificados, entre eles: *Seleção Nacional* (1873) de R. Alves Fonseca; *Seleção escolar* (1886) de J. S. Castello Branco; o *Livro de Nina* (1884) de Epomina d'Oliveira Condurú Serra e *Beleza da Literatura latina* (1885) do Dr. João Henrique Vieira da Silva (CASTELLANOS, 2017).

Em que pese os entendimentos díspares enquanto instrução e educação, atinentes ao papel dos livros escolares e dos jornais produzidos no período, além dos novos discursos referidos ao autor e ao leitor, aos artefatos e às leituras; outras notícias, avisos, sugestões e pedidos de assinaturas também foram ocupando um lugar de destaque nos diversos formatos do suporte, transformando-o em *instrumento de informação e formação*. Se as temáticas referentes aos livros e à leitura se faziam presentes, também se publicavam questões direcionadas às instituições de ensino, ao período de matrículas, ao número de aprovados nas disciplinas, ao comportamento dos alunos e à cadência do tempo escolar como prática regular no exercício de imprensa, por exemplo: na relação do Seminário Episcopal de Santo Antonio, referente aos seminaristas e “[...] alumnos esternos, que forão examinados, e approvados no presente anno letivo de 1848 em as differentes Sciencias, e artes, que se ensinam [...] Theologia Moral, Philosophia, Rethorica, Geographia, Grammatica Latina e Grammatica Franceza” (A REVISTA, 1848, p. 4); nas orientações manifestas pela Inspeção da Instrução ao Secretário João Isidoro Xavier de Brito, a descrever n'*O Publicador Maranhense* (1852, p. 4), as horas de entrada e de saída das aulas no Liceu Maranhense, informando “[...] aos pais as faltas de seus filhos”; e nas indicações sugeridas ao Secretário da Instrução Pública, Mariano Cesar de Miranda Leda “[...] a transcrever a

² A venda dos dois volumes no Instituto Humanidades e na tipografia de Belarmino de Matos, compreende o alfabeto em diversos caracteres, as sílabas em letras romana e manuscrita, e em vez as cartas de nomes próprios, um vocabulário completo de palavras da língua, desde as monossílabas até as 9 sílabas, isto com o intuito que os meninos irem desde logo, não só familiarizando-se com a pronuncia y ortografia dos termos da língua materna, mas ainda com o significados de parte deles, que os mestres, repetidas vezes devem-lhes explicar; mas exercícios de leitura e de memória (O PAIZ, 1864, Ano II, Nº 34, p. 3).

relação nominal dos alunos que durante o mês de agosto findo, [tinham faltado] às respectivas aulas de inglês, francês, latim, geografia, matemática, filosofia, história, gramática e retórica” (O PUBLICADOR MARANHENSE, 1871, p. 3).

As novas práticas dos jornais e os diversos discursos de escritores/editores, os posicionamentos do impresso e as novas formas de remissões ao leitor plural, coexistiram com lutas por espaços políticos instituídos e por lugares educacionais específicos. Por outro lado, as estratégias de imposição escolares que denunciam o funcionamento de instituições educativas, as exposições que apontam para o controle das autoridades sobre os indivíduos nesses espaços, e os registros que delatam táticas de evasão dos sujeitos em lugares controláveis, expõem, ainda que de forma acobertada ou mistificada, os meios pelos quais indivíduos singulares se desviavam do imposto e negavam os regulamentos, ao disseminar nas suas ações e transgressões, *formas específicas de fazer e de ser*, nos espaços de ensino (DE CERTEAU, 1994). Mas, o estabelecimento de uma nova ordem via imprensa local, contribui para cultivar-se não só um sujeito leitor, mas um indivíduo com possibilidades de criticar e contestar por meio de cartas, anúncios e avisos o cotidiano vivido e as ações de seus opositores políticos e particulares, os próprios negócios e as aproximações estabelecidas pela imprensa com seus assinantes, até as relações fundadas com seus detratores e com o governo provincial.

Regras, delimitações e proibições expressas e concretizadas não só no acesso às obras de diferente natureza, de múltiplos assuntos e de diversos autores, nem só nos distintos jornais, folhetins e folhetos produzidos e distribuídos para mais de um público; normas constituídas e expostas por meio de dispositivos nos regulamentos da Instrução Pública que também legitimavam ou não, a aprovação, a adoção e a negação dos livros para o ensino, como aparece nos relatórios dos Presidentes de Província, nas cartas remetidas entre os vários agentes no cenário da instrução (professores, delegados literários, inspetores) e nos pedidos de autores e editores de serem reconhecidos, admitidos e utilizados no cenário escolar. Livro de classes, que apesar de ter sido considerado como uma “obra menor”, como “o primo pobre da literatura” ou uma produção de “pouco prestígio cultural” (LAJOLO, ZILBERMAN, 1996; CORRÊA, 2006; BITTENCOURT, 2008; CASTELLANOS, 2017), tanto os exemplares utilizados para o ensino pela falta de obras destinadas para esse fim, como também os livros pensados, escritos e produzidos exclusivamente para a instrução, sofreram interferências dos órgãos responsáveis pela sua tradução, adaptação e produção autoral.

Castro (2009) ao elaborar um inventário das leis e regulamentos da Instrução Pública maranhense, no período de 1835 a 1889, não só possibilita afirmar que a demanda por escolas e por artefatos da cultura material escolar necessários para as práticas dos alunos e dos professores vai ampliando-se paulatinamente por todas as cidades e vilas (CASTELLANOS, 2022a, 2022b), na mesma proporção, em que os anúncios, as ofertas e os avisos sobre os livros escolares e outros suportes do impresso são apresentados nos jornais; como também seu cortejo indica o surgimento de novos espaços de ensino e a ampliação das escolas, um aumento do leque de leitores e do consumo do livro, um repertório em ascensão de determinações oficiais e posicionamentos distintos pelos sujeitos envolvidos no ensino da leitura e na aceitação do próprio ato de ler, e, por conseguinte, nos possibilita o uso em potencial da “noção de apropriação”, na medida em que nos “permite pensar as diferenças na divisão, porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção” CHARTIER, 1990, p. 136).

Por outro lado, os impressos ajudam a compreender por meio dos registros identificados, analisados e interpretados, o teor e a natureza das ideias expressas, o nível de convicções dos sujeitos mediados pelos seus discursos, os lugares de pertença no tecido societal de quem escreve e os posicionamentos tomados pelos vários políticos, escritores e educadores, no que diz respeito à instrução

e à educação; portanto esses aspectos apontam indiretamente ou não, a relação do público com os textos, com os livros e com a leitura (CASTRO; CASTELLANOS, 2009). Aspectos que nos fazem correr os riscos que traz pesquisar por fontes documentais, as quais são lacunares se não forem cruzadas, restritas pela sua difícil localização e de complexa identificação pelo nível de deterioro; mas estimulados pelo dizer de Darnton (2003), decidimos trilhar este caminho e tratar de dar inteligibilidade a aspectos isolados, datas marcadas, fatos registrados, que a primeira vista não fazem sentido, nem explicitam um significado. Trajetos nos quais os historiadores desenham a trama de sua teimosia com as sombras das mãos, de seu corpo, “[...] ou mesmo a de seus sonhos. E para fazê-lo apenas necessitam uma superfície mediana suave, uma fonte de luz, a curiosidade de fazer viver uns ossos ou acaso a intensa vontade de dar corpo a uma metáfora” (DARNTON, 2003, p. 9).

3. Práticas de leitura anônimas e deslegitimadas no Maranhão do XIX

Uma amostra representativa de assinantes correspondentes ao número de leitores d’*O Concediador Maranhense*³, segundo as três listagens resgatadas na garimpagem das fontes, aponta que 100% de seus subscritores pertenciam ao gênero masculino, embora possa afirmar que essa realidade tenha mudado no decorrer do Oitocentos, não por encontrar listagem de mulheres circunscritas em outros jornais, nem por ter identificado escritos de mulheres explicitamente assinados, a não ser a partir da década dos 1860⁴; mas por localizar escritos que por sua natureza e estilo eram dirigidos a elas, foram produzidos e editados para elas, e parece ter sido o *consumismo feminino* no decorrer da segunda metade do século XIX, uma *prática leitora em potencial* que garantiu a sobrevivência de alguns impressos.

A percepção aumenta se ao tomar como parâmetro os jornais que tinham como objetivo apresentar informações sobre o comércio, a política, a legislação e as lutas entre partidos, como por exemplo *O Publicador Maranhense*, identifico na sua primeira página, ocupando quase a metade da folha e disputando com notícias consideradas eruditas ou sérias (entre outros assuntos), fragmentos de folhetins desenvolvidos em 30, 40 e até em 55 capítulos, que, no desdobramento da trama por um período de tempo da circulação do suporte, garantiam a sua produção, venda e consumo para um variado público. Nos romances estrangeiros e nacionais produzidos e divulgados, os comentários sobre possíveis acontecimentos em posteriores capítulos mediados pelas sinopses que apareciam no final de cada seção e na parte esquerda do jornal, tanto o escritor como o editor recorriam a estratégias de vendas que aumentavam a curiosidade e a ansiedade do leitor no plural, constituindo-se uma forma de garantir a lucratividade, ao mesmo tempo em que pela aceitação demonstrada no acréscimo do consumo poder-se-ia calcular o número de leitores que procurariam o folhetim quando transformado em livro. Formas de produção dos romances, que se em início só eram publicados depois de serem divulgados todos os episódios pela imprensa, após o crescimento de novos perfis de leitores e de outros jornais se inserirem nessa prática, a inovação jornalística se baseava em divulgar os primeiros capítulos e, dependendo do aceite ou não do público, se anunciavam em seguida os capítulos encadernados por meio da cooptação de assinaturas e da colocação do *novo romance* em livrarias e tipografias, intercedido pelos anúncios de venda.

3 Surge embrionariamente, em 15 de abril de 1821, num movimento político, econômico, social e cultural conturbado no cenário maranhense, no formato manuscrito, para depois da edição do número 34, em 15 de novembro do mesmo ano, consolidar-se como o primeiro jornal impresso no cenário ludovicense.

4 Exemplos publicados pela primeira romancista brasileira Maria Firmina dos Reis foram localizados no *Echo da Juventude* (1865). Poesias como: *Hosana, T...*, *O Canto do Tupi* e o *Romance Gupeva*.

Leitores para os quais o jornal escrevia deixando uma brecha de comunicação inversa à estabelecida pela leitura de um livro, embora esta última nunca fosse linear. Modalidade que contribuiu para uma articulação mais simples e direta entre escritor e leitor, na qual, este último tinha oportunidade de refazer a sua fala, de se explicar e até de corrigir seus erros, em constante intercâmbio semiântico com aquele que recebia seus textos e lia, constituindo essa interação, uma das distinções estabelecidas entre o jornal e o livro como suportes da cultura (SODRÉ, 1983)⁵ e uma nova prática cultural (CHARTIER 1990). Como exemplo dessa distinção, posso citar João Alves Bezerra Sertanejo, homem rústico do interior do Maranhão (Mearim) – mas nem por isso menos consciente de sua condição leitora, no tocante às formas de ler e de se expressar na sua escrita (se comparada com os textos que lia e/ou escutava) – quando se utiliza do impresso, não só para se instruir ou demonstrar conhecimentos (ainda que básicos), como também para se defender e expor posicionamentos e convicções. O fato de Sertanejo considerar-se rústico, de poucas letras e com dificuldades da escrita, demonstra como um leitor com habilidades rudimentares no ato de ler e de linguagem simples, se mantém em constante familiaridade e articulação com o impresso, talvez uma prática leitora nem ativa nem regular; mas, atento à escuta do que se lia, do que se comentava e se opinava no cotidiano de seu tempo.

João Sertanejo dirigindo-se ao redator do *Conciliador* (1822) expõe:

Sr. Redactor do Conciliador

Ainda que eu seja *huma pessoa do Sertão e por isso homem de poucas Letras*, não sou com tudo falto de sentimentos; e este he o motivo porque rogo a V. m. queira-me pôr esta carta na sua Gazeta, em resposta ao lugar que tenho *n'outra que ouvi lêr no mesmo seu Jornal*, assignado por hum tal M. A. O. G. Homem bem conhecido nesta terra, e que sedo se dara a conhecer nessa Cidade, se alguém tiver a desgraça de com elle ter contratos. Ora Sr. Redactor, *apezar de eu ser hum homem rústico* não deixou de me fazer a maior admiração em ver que do homem mais cheio de mataduras na sua consciência, de hum coração mais perverso, de hum genio mais ingrato, e intrigante he que sahíraõ os ataques feitos não só a pessoas de crédito, como á minha pobre pessoa que nunca comprei dividas para fazer mal ao meu próximo, nunca fui denunciante, nunca por via de mim se fizeraõ corpos de delicto de cevicias operadas a Escravos meus, e outros crimes e faltas de Moral que se encerraõ dentro d'alma desse tal homem, que parece que a não tem. Olhe Sr. Redactor, o cazo da venda de Tapios para mim, he taõ falço, quanto verdadeira he a venda que esse mesmo homem fez por 45.000 réis, ou coiza que o valha, a F. J. G. *de hum Indio que lhe tinhaõ dado a titulo de o educar*; e por aqui póde V. m. colegir que *tal he a bondade deste sugeito de quem tenho ouvido dizer taõ boas coizas, que por isso o julgo com rabo tamanho como daqui á Russia*.

Não repare V. m. na fórma como escrevo, porque isto he o mesmo que dizer de facto, por não saber dizer de direito. Deos Guarde a V. m. muito annos. –

Mearim 24 de Dezembro de 1821. – João Alves Bezerra Sertanejo.

(O CONCILIADOR, 1822, n. 52, p. 3, grifo nosso).

5 Para Sodré (1983) o jornal apresenta três distinções enquanto processo de difusão de ideias, se comparado ao livro: 1º) a diferença de formato entre os suportes e a inter-relação de mão-dupla mantida entre o leitor e o escritor/editor; 2º) a possibilidade de publicação a baixo preço para o consumo em massa, independentemente do acesso restrito dos leitores pelas condições econômicas; e 3º) a mudança no conteúdo dos anúncios dos “velhos modelos”, que divulgavam os estabelecimentos, pelos “novos modelos”, que anunciavam mercadorias isoladas valorizadas ao máximo pelas ilustrações; isto é, “a supremacia do fabricante sobre o comerciante; da produção sobre a circulação, peculiar ao capitalismo plenamente caracterizado e desenvolvido” (SODRÉ, 1983, p. 5).

Será que João Sertanejo escreveu realmente esse texto ou alguém redigiu para ele? Qual será a motivação que um homem rústico, de poucas letras e do interior como ele deve ter tido para se interessar por textos com escritas “aparentemente difíceis”? Será que ele entendia o teor dos artigos publicados, incluindo aqueles que denegriam a imagem profissional, familiar e individual dos inimigos? Se considerarmos os jornais como panfletários na sua generalidade, com *estruturas semânticas rebuscadas* e direcionadas a “meia-dúzia de pessoas” (JORGE, 2008, p. 47); isto é, a leitores com nível intelectual para o pleno entendimento dos registros, o que provocava o interesse e a familiaridade de Sertanejo com o suporte, no qual pede ao redator (embora reconhecendo suas limitações), que faça o favor de publicá-lo em resposta ao escrito cuja leitura “tinha escutado”? Será que os editores divulgaram o escrito original deste interlocutor ou foi modificado e corrigido antes da edição, porque erros gramaticais e/ou tipográficos são visíveis? Será que a escrita expressa na imprensa realmente era difícil para o público leitor oitocentista ou somos nós, investigadores hodiernos, que pretendemos encontrar no português arcaico, códigos plausíveis de identificar-nos? O registro nos suportes era difícil para esses sujeitos ou se faz complexo para nós?

Esses e outros questionamentos podem ser feitos, uma vez que o próprio Sertanejo pede no final da mensagem para não reparar na sua forma de escrita e, muito menos, que essa avaliação prejudicasse a publicação de seu texto. A expressão “não repare V. m. na forma como escrevo [...]” (O CONCILIADOR, 1822, p. 3), imediatamente nos remete a uma comparação inevitável feita por ele (ou por alguém que possa tê-lo ajudado), com os outros estilos de registros no suporte, que foram observados e/ou lidos, que foram ouvidos e/ou entendidos, seja de forma direta entre o leitor e o texto, seja de forma indireta (pela escuta!) mas nem por isso menos efetiva no ato de apropriação. Por outro lado, reconhecer que a força de um sólido argumento interfere no poder de comunicação, quando escreve “[...] he o mesmo que dizer de facto, por não saber dizer de direito” (O CONCILIADOR, 1822, p. 3), nos alerta para o nível de consciência desse homem (ou de outro!) e de sua condição leitora frente às “Letras” (registrando-a com maiúscula) ao fazer um paralelo entre os textos de diferentes autores que lê ou escuta ler, e do seu nível de leitura e forma de expressão.

As possibilidades de questionamentos são ilimitadas e poucas as respostas, pela não presença do sujeito atuante e pelos não registros das práticas leitoras em lugar algum; mas “[...] inventar o possível e ocupar um espaço de movimentação onde possa surgir uma liberdade” (DE CERTEAU, 1995, 17) mediada por outros indícios que aparecem na documentação, significa prestar atenção aos interesses “[...] manifestados pelo processo, por intermédio do qual é historicamente produzido um sentido e diferentemente construída uma significação” (CHARTIER, 1988, p. 24). Dessa forma, a análise do livro escolar, da leitura e suas histórias, “[...] não deve ser reduzida a uma ordem cronológica dessas variações. Deve [ser ultrapassada] para enfrentar o elemento da relação que se encontra no núcleo da questão: como leitores mutáveis [interpretaram] textos variáveis?” (DARNTON, 2010, p. 201).

Outros exemplos de leitores não reconhecidos podem ser apontados: a captura do escravo Manoel de Jesus anunciada no *Jornal Maranhense* (1841); a reclamação feita pelo Major Eduardo Trindade, da freguesia de Pindaré, no *Publicador Maranhense* (1875, p. 4), sobre a fuga de seu escravo Izidoro “[...] de 26 anos de idade, estatura regular, cheio do corpo, barba raspada, rosto redondo, com falhas de dente na frente, [que sabia] ler e [inculcava-se] livre”; a denúncia sobre o “fugido escravo Gregório” (JORNAL MARANHENSE, 1841, p. 3)⁶, caracterizado por ser muito ladino⁷; e a procura pelo “negro Antônio”⁸, que trabalhava no teatro com o senhor Ferreira, sabendo ler, escrever e

6 Feita por Francisco Xavier de Sousa Caldas a Manoel Lourenço Boguea.

7 Denominação dada ao negro escravo, já aculturado, que entendia o português e possuía algum rudimento da leitura.

8 Propriedade de José dos Santos Monteiro

contar (JORNAL MARANHENSE, 1841, n. 39, p. 4). Esses leitores não legitimados se constituem em arquétipos de leitores anônimos e indômitos, e são indicativos das diferentes formas de lidar com os livros, com os jornais e com a leitura durante o Império, pouco reconhecidas pela história oficial, que merecem ser questionadas quando se faz referência a essas temáticas e geram nas interrogações feitas diversas manifestações do que seriam os materiais culturais produzidos, distribuídos e postos em circulação, tendo como referente os gêneros da escrita anunciados na imprensa, as suas formas de aquisição, os lugares de vendas e a multiplicidade de usos. Dito de outra forma, ao mesmo tempo em que as remitências ao livro, à leitura e ao leitor (ainda que secundárias) por não se constituir o objetivo principal da maioria dos impressos do século XIX podem ser observadas e identificadas nos registros de distintos jornais; as sucessivas denúncias sobre escravos foragidos, usando-se a condição de ler como distinção de reconhecimento e captura, se faz também uma prática regular e específica, na qual a categoria livro, leitura e leitor, embora não com o sentido atual que a considero aqui, terminam ocupando um lugar de destaque, mesmo que de forma estranha e controversa a nossos desígnios.

No aviso intitulado “escravo fugidio” no *Jornal Maranhense* (1841), registravam-se casos de negros foragidos que sabiam lidar com o escrito, apontando-se entre eles, a Manoel de Jesus de 28 anos e estatura baixa, com “[...] cara redonda, nariz afilado, pouca barba [e] cabelo liso, feito em anéis [e com], unhas de tocador de guitarra, [...] pintas brancas no cabelo [e] boca regular: [*acrescentando-se*] a isto que sab[ia] ler e escrever e anda[va] calçado” (JORNAL MARANHENSE, 1841, p. 3, grifo nosso). No mesmo suporte, denunciava-se também a fuga de “[...] um escravo cafús carapina por nome Antonio, muito ladino [que] *falla[va] bem*, [tendo] sobre o peito de um dos pés uma cicatriz de ferimento a machado, [que] trabalhava no teatro com o Sr. Ferreira, [*o qual sabia*] ler, escrever e contar e, consta[va] que se diz[ia] forro” (Id., 1841, p. 4, grifo nosso). Já no *Argos da Lei* (1825, p. 123, grifo nosso), ficam expostos por carta enviada ao redator, os agravos do catolicismo que obrigava um homem negro a ler música e a tocar o órgão perfeitamente, mesmo amarrado aos pés do instrumento: “[...] na Igreja de S. Antonio, [tinha ficado] maravilhado da destreza *com que lia* e o bom gosto com que se tocava o órgão no templo; [quando procurei] conhecer de vista a este excelente músico, qual foi o [meu] pasmo quando [dei] com elle de ferros nos pés”. No entanto, se *O Publicador Maranhense* (1853, p. 4), anunciara a tomada de “[...] hum Diccionario da lingua Portugueza *de hum preto que o andava vendendo* [...]”, supondo-o furtado, já que livros, leituras e leitor entre negros não pertenciam ao imaginário da maioria dos não-escravos; no jornal *A Bandurra* (1828, p. 662), exigia-se a contratação de um feitor, cujos requisitos eram de que “[...] não [fosse] rapaz, e *que [soubesse] ler e escrever* [...]”.

Destarte, Domingos José Gonçalves de Magalhães, por outro lado, contrapondo-se a essa representação do negro não-leitor e sem direito à leitura (práticas que se expunham nos jornais, não como formas singulares de aculturação do escravos, e sim como atributo de identificá-los para o exercício de captura), nas suas *Breves Reflexões acerca da Revolução da Província do Maranhão*, em 1858⁹, esclarece que no quilombo do negro Cosme, um dos líderes mais importante da Balaiada¹⁰, se estabelecera uma escola de ler e escrever aquilombada na comarca de Brejo, na fazenda da Lagoa Amarella¹¹. Este

9 Imprensa por Belarmino de Mattos na Tipografia do Progresso (na Rua de Sant' Anna, 17), em 1858.

10 Sublevação no Interior do Maranhão (1839-1841), constituída por vários grupos com interesses não definidos, que teve como causa primeira a implantação da Lei dos Prefeitos, baixada pelo governo provincial, em 1838, com o objetivo de criar fortes chefes do Executivo nos municípios, e apoiada pela Lei do Ato Adicional de 1834 que determinava, entre outras medidas, a descentralização do gabinete regencial, criando-se uma “monarquia federativa”. Os juizes de direito e de paz seriam substituídos por prefeitos e subprefeitos com poderes mais amplos, que fortalecia a legitimidade dos Presidentes de Província, segundo Caldeira (1991).

11 Fazenda na qual Cosme obriga a Ricardo Navia (seu dono) a dar carta de alforria a duzentos escravos seus e o mantém como seu criado, assassinando-o mais tarde por desconfiar de sua lealdade, segundo Magalhães (1858).

líder negro por achar-se à frente de três mil escravos por ele sublevados “assignava-se – D. Cosme, tutor e imperador das liberdades bem-tevis; – [proclamando] á escravatura, [dando] títulos, postos e dedicando-se a roubar e insurrecionar a maioria dos cativos das restantes fazendas circunvizinhas (MAGALHÃES, 1858, p. 118, grifo nosso).

Nessa direção, Cruz (2008), ao abordar a situação dos escravos no Oitocentos, expõe como por meio das irmandades, a presença de negras e escravas em escolas públicas e particulares é real, como também menciona as cartas dirigidas às autoridades exigindo alforrias como condição para o fim do levante na cidade de Viana, em 1867, desmistificando dentro do possível, se considero as limitações das fontes, o *mito do negro analfabeto e não-leitor*, embora constituíssem uma minoria se comparados ao número de negros analfabetos no Maranhão Império. Sem embargo, segundo o ofício do Conselheiro José Tomás Babuco de Araújo enviado ao Presidente da Província Lafaiete Rodrigues Pereira, em 13 de setembro de 1865, afirmava que “nesta capital *[existiam] pretos livres que sab[iam] ler sofrivelmente, e a quem não são estranhas as ideias que nestes últimos tempo se tem manifestado em favor da emancipação de escravos*” (CRUZ, 2008, p. 57, grifo nosso). Nessas circunstâncias, posso afirmar que apesar de que a leitura e os livros não fossem acessíveis nos primórdios do período imperial e durante grande parte de seu estabelecimento *aos pobres, aos escravos e às mulheres*; as estratégias impostas pelo regime atuante não foram efetivas se considerados os múltiplos exemplos de leitores não autorizados), mas nem por isso menos ativos no panorama das letras. Se me permito trazer os depoimentos de Mnemosine¹², sobre as formas em que a avó se alfabetizou, poderia por meio de seus testemunhos, relatar como se identificou com as letras e expressar segundo as histórias contadas para a professora (ainda criança), o significado que tinha para sua avó (como mulher do século XIX) a manipulação com os livros, as dificuldades com a leitura, sua impaciência por aprender a escrita e sua escondida e anônima formação leitora.

Segundo Mnemosine nas histórias contadas, sua avó aprendeu a ler e a escrever escondida no banheiro de tudo e de todos. Na localidade onde a sua família morava, não havia escola, reproduzindo o início de uma leitura e uma escrita rudimentar na própria casa, ajudada pelo caseiro do sítio (um homem negro que contabilizava os negócios da família) e sem o consentimento do marido, o qual morreu muito cedo, sem nunca saber de suas práticas. O desconhecimento sobre a leitura e a escrita da esposa facilitava a convivência entre ambos, à medida que o avô tinha liberdade de deixar qualquer papel, carta ou recado comprometedor (até extraconjugal) em qualquer canto da casa. Casos e aventuras que ela mesma desmanchava, mantendo-se sempre nas sombras e calada, sendo assim até o final do casamento. Práticas da avó, que foram ensinadas a seu pai e, transmitidas para a filha, e desta, a seus descendentes, quando nos relata que desde muito cedo o livro passara a fazer parte da educação familiar, iniciada com os clássicos da literatura infantil e com as histórias contadas pelos adultos antes de dormir.

Naquela época as famílias entendiam que *moças não tinham que estudar, não deveriam saber ler, nem saber escrever [...]* quem ensinou a ela foi um homem chamado Felisberto, que na época cuidava do sítio onde ela morava e dos negócios com meu avô e depois com meu pai. [...] *Ele ensinava para ela e ela se trancava no quarto nos fundos da casa, especificamente no banheiro, quando meu avô saía para cuidar dos negócios e com papel de embrulho e de jornal praticava a escrita.* (MNEMOSINE)¹³.

12 Uma das professoras entrevistadas na dissertação de mestrado: *Práticas Leitoras no Maranhão na Primeira República: entre apropriações e representações* (CASTELLANOS, 2010).

13 Ver Castellanos (2010, p. 193-194, grifo nosso).

Abrantes (2004) refere-se à proibição da instrução feminina do século XIX, por parte dos homens e, inclusive das mulheres pouco letradas, que ao não se adaptarem ao estudo e dadas as condições de ignorância em que viviam, não sentiam nenhuma necessidade de se alfabetizar. Bastava para a mulher “[...] o aprendizado da costura e trabalhos domésticos, uma vez que se aprendesse a ler e escrever; teria os meios para estabelecerem correspondências amorosas, o que era visto como um grande perigo para a honra” (FLORESTA, 1989, p. 67). Da mentalidade patriarcal e dos condicionalismos contrários à leitura, à escrita e à instrução da mulher oitocentista em voga, não escapa nem a primeira romancista brasileira e maranhense Maria Firmina dos Reis, a qual no prólogo de seu livro adverte do pouco valor de seu romance *Úrsula*, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira de educação acanhada “[...] sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham que [discutem] e corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, pouco lida, o seu cabedal [era] quase nulo” (REIS, 2004, p. 13).

No obstante, no que se refere aos livros escolares escritos e produzidos na província, se na primeira metade do XIX, a imprensa maranhense (desde sua implantação, em 1821) anunciava obras estrangeiras originais ou traduzidas, seja nos jornais para uso de um público heterogêneo, seja nos relatórios do Inspetor da Instrução Pública e dos Presidentes da Província para o consumo de um público em idade escolar; a partir da década de 1850, mediados pelo fervor nativista e pela construção de uma identidade nacional, o aumento de obras brasileiras e maranhenses escritas, produzidas, impressas, editadas, distribuídas e comercializadas é evidente. Livros aprovados e adotados no ensino, que segundo o seu formato e emprego, se dividem entre aqueles que por sua natureza não se classificariam de cultura material escolar (CASTELLANOS, 2022a, 2022b), mas pela ausência de livros peculiares terminam sendo utilizados na sala de aula, e os livros concebidos, escritos e produzidos especificamente para o ensino; ou seja, livros propriamente escolares.

Nos ofícios localizados no Arquivo Público do Maranhão e circunscritos numa rede de agentes envolvidos na instrução (professores, delegados literários, diretores da instrução, presidentes da província, professores-autores, intelectuais-autores e mesmo tipógrafos e livreiros) também se evidencia um fluxo de livros locais, nacionais ou de outros países indicados, adotados e em uso no ensino. Nesse sentido, embora só apareça na documentação analisada três livros escolares escritos por mulheres ou com a participação delas, ainda assim fazemos questão de destacar a presença feminina na autoria de livros escolares maranhenses; pista que pode servir para futuras investigações sobre mulheres e professoras autoras de livros escolares no Oitocentos, uma vez que essa prática é real nas primeiras décadas do século XX (CASTELLANOS, 2010; MOTTA, 2003).

O livro escolar *Almanck de Lembranças Brasileiras* (1865), de autoria de César Augusto Marques, indicado e adotado nas escolas de primeiras letras no Maranhão e de outras províncias, não só teve como colaboradora a professora de aulas régias, Maria Firmina dos Reis, compartilhando com os escritos de Antonio Gonçalves Dias e Francisco Adolfo de Varnhagem, entre outros autores; como também este livro tem como *coautora* a escritora Gracia Hermelinda da Cunha Mattos, que dos sessenta contos que a obra arrola, três são produzidos e assinados por ela, nos quais referencia assuntos atinentes às mulheres: *a Mãe de família*; *Enfeites muito lindos* e *As melhores mestras*. Por outro lado, o *Livro de Nina* produzido pela romancista Epomina d'Oliveira Condurú Serra e editado em São Luís, em 1884, foi adotado no Liceu Maranhense como livro de leitura segundo o inventário compilado por meio das correspondências dos inspetores da Instrução Pública para os presidentes da Província,

dos relatórios dos inspetores da Instrução Pública e dos delegados literários, nos quais ficou protocolado, que se nos trâmites de aprovação, a *Biblioteca da infância*, o livro *Apreender a escrever brincando*, e o *Novo Glossário*, de Dr. Frederico José Corrêa, foram submetidos a juízo, segundo o Presidente da Província (SILVA, 1881); no 1º de dezembro de 1885, Capistrano Bandeira de Mello, em ofício dirigido ao inspetor, ficara aguardando a decisão do Conselho sobre a aprovação e adoção do “*Novo Testamento de Jesus Christo* traduzido em Português (segundo a vulgata) pelo Dr. F^{co}. Gra^{no}. de Nossa Senhora de Nazareth (Bispo de Coimbra) e, pelo “*Livro de Nina*”, da D^a. Epomina d’Oliveira Cundurú Serra” (MELLO, 1885, grifo nosso) além de serem indicados e adotados para consumo nas escolas livros de outros professores públicos da cidade de São Luís. Por outro lado, o *Resumo de História do Brazil* (1868), de Herculana Firmina Vieira de Sousa, professora pública de primeiras letras de Cururupu, também fora compilado por meio de correspondências entre inspetor e presidente, sendo protocolado os tramites de aprovação.

No relatório intitulado *Breve Notícia sobre a Província do Maranhão*¹⁴, apresentado pelo comissário Fabio Hostillio de Moraes na Exposição Nacional, com ajuda dos Drs. Antonio Rego e Horacio Leal de Carvalho, em 15 de dezembro de 1875, identificamos outros indicadores sobre o sujeito leitor deslegitimado. Nos dados expostos no balanço da população maranhense, estimada em 359.040 habitantes, sendo 284.101 almas livres para 74.939 escravizadas, só oficialmente sabiam ler e escrever, destas últimas, 51 homens e 21 mulheres, para 36.838 escravos e 38.029 escravas analfabetos. Se recorrermos à população livre, segundo as estatísticas apresentadas, se dividiam em 103.533 brancos, 144.361 pardos, 25.284 pretos e 10.945 caboclos, só sabendo ler e escrever 44.375 homens para 24.196 mulheres, com um total de 215.530 sujeitos que não tinham práticas nem da leitura, nem da escrita. No obstante, não se pode perder de vista que, apesar do aumento da população escolar de 6 a 15 anos para 71.292, só frequentaram a escola 8.739 meninos, para 4.844 meninas nesse ano, ficando fora dela 57.709 candidatos.

Por outro lado, se para Vieira (2003), no prefácio da obra *O ensino Público*, há o alerta para um analfabetismo de 80% na população livre, em 1872, “[...] subindo para 83% após a liberação dos escravos e mantendo-se no patamar de 80% até 1920, quando baixou um pouco, para 76%, nas vésperas da Revolução de 1930” (VIEIRA, 2003, p. 19); para Marques no relatório *A Província do Maranhão: breve memória*, para ser apresentado na Exposição de Filadélfia, em 1876, embora não especificasse o número de indivíduos que sabiam ler e escrever, ainda assim, apresenta uma diferença na população total de indivíduos na província, representados por 348.495 pessoas, tendo 275.528 livres para 72.967 escravos, contrastando substantivamente com o relatório apresentado por Moraes (1875), um ano antes, na Exposição Nacional. Se comparadas estas cifras com o relatório anterior, existe uma diferença de 10.545 pessoas, sendo que o próprio Marques (1876) registra, que mesmo faltando o recenseamento da população da Vila Nova de Santa Teresa da Imperatriz, não sabia “[...] como explicar essa diferença para mais de 1972 almas” (MARQUES, 1876, p. 22). Por outra parte, no que se refere à cifra dos cativos, já que segundo o quadro estatístico dos escravos matriculados no Império, publicado no *Jornal Nação* (1874) e organizado pela Diretoria Geral da Estatística, tinha a Província 74.939 escravos, como registrou Moraes (1875); Marques (1876) não esclarece o não registro das 1972 almas não-livres, nem afirma a real existência das 8.573 almas livres não computadas.

A partir das estatísticas expressas com respeito à instrução, me questiono se as cifras são capazes de expor com fidelidade a realidade do leitor ou da leitora maranhense oitocentista, uma vez que existem contradições nos relatórios expostos a grandes exposições que tratam ao respeito. Por

14 Editado na Tipografia da Reforma (Rua Sete de Setembro), Rio de Janeiro, 1875.

outro lado, se o assunto é registrar o cômputo das pessoas que sabem ler e escrever (sejam livres ou cativas!); então o que significava realmente ser considerado analfabeto ou não no século XIX? Se retomo os números levantados por Moraes (1875), embora se aproximem com os índices expostos por Vieira (2003), estes se encontram mais detalhados no relatório apresentado à Exposição Nacional, denunciando 80% (N = 290.397) de pessoas que não sabiam ler e escrever, para 6, 8% (N = 24.331) de indivíduos não identificados nessa condição.

No entanto, sabendo do nível de analfabetismo em Brasil no período estudado, e especificamente no Maranhão, qual seria realmente o sentido de ser analfabeto no Oitocentos e em que se sustentava o conceito de alfabetização? Segundo Vieira (2003, p. 19), compreendia-se que “[...] alfabetização’ era definida como um conhecimento mínimo, comprovado por meio da habilidade de o indivíduo saber soletrar palavras e desenhar o próprio nome”. Sendo assim, corresponderia ser alfabetizado àquele sujeito que só sabia decodificar e/ou soletrar, ou àquele que realmente sabia ler e compreendia o texto no ato da leitura? Esses parâmetros obedeciam àquele que além de dominar a leitura corrida (seja em voz alta e/ou em silêncio), também conhecia as técnicas da escrita? Alfabetizado seria o indivíduo que estava escolarizado (por ter cursado o ensino das primeiras letras) e/ou àquele que ainda estava em processo de aprendizagem no ensino inicial da leitura?

Na elaboração dos relatórios, seja qual for à concepção de leitura e de escrita defendida, e, portanto, independentemente dos indicativos propostos para classificar os sujeitos em alfabetizados ou não, ao tomarem-se como parâmetros de verificação as habilidades pessoais, segundo Vieira (2003), será que os negros escravos, embora se apropriassem das tecnologias (da soletração, da codificação, da leitura e mesmo da escrita) se arriscariam a expressar suas práticas com total liberdade, sabendo que esta condição ou estado seria um aspecto identificador para capturá-los, caso eles fugissem? Será que mulheres sujeitas a proibições patriarcais, ao controle dos esposos e de outros sujeitos no convívio do lar, exporiam suas práticas (regulamentadas, criticadas, proibidas e negadas na maioria das vezes) ou atuariam caladas, na sombra das letras e afastadas aparentemente dos livros e da leitura para manter o convívio nas suas relações sociais e particulares?

Uma prática regular no Oitocentos que durou até as primeiras décadas do século XX, consistia em que um só membro da família se escolarizasse e o resto ajudasse na sua formação, não significando na prática que o demais familiares fossem analfabetos, segundo evidenciam alguns dos depoimentos das professoras entrevistadas, as quais não só falavam de suas histórias de vida, como também faziam referências e interferências quando se remetiam ao passado de seus pais e avós (CASTELLANOS, 2010)¹⁵. Enfim, como aprenderam estes sujeitos, negros escravos fugidos, homens livres e pobres, mulheres excluídas do cenário cultural a ler e a escrever, com um acesso aparentemente restrito à instrução e aos suportes de cultura não destinados a eles? Quais foram as táticas de apropriação utilizadas na leitura e como se constituíram? Quais foram os artefatos utilizados na aprendizagem da leitura e da escrita e quem os ensinou?

Qualquer que seja a resposta (embora praticamente impossível de ser expressa pela ausência de testemunhos pertencentes aos tempos idos) o importante é entender que em algum lugar, de alguma forma e com qualquer tipologia do suporte, gêneros da escrita ou situações de leitura diversas, estes sujeitos ignorados, não reconhecidos e ocultos no meio de uma *história documentada* – que se perde e desaparece pelo agir do tempo e pela não preocupação dos que administram as instituições públicas atuais –, aprenderam a ler, a se comunicar e a se apropriar das textualidades (independentemente

15 Professoras que foram submetidas a um ciclo de entrevista, visando identificar aspectos intrínsecos à formação inicial da leitura quando crianças, às práticas leitoras em formação como alunas e às práticas de leitura inseridas na prática pedagógica no exercício da profissão professor.

mente do *como*), que em princípio, não foram direcionadas a elas; embora para Domingos Perdigão, na sua obra *Os livros que se devem ler* (1922), quando faz referência às leituras permitidas para a formação do leitor, prefira tratá-los como “leidores” e não como leitores, já que o termo “[...] leitor, geralmente usado, [designava àquele] que recebeu a segunda das quatro ordens menores eclesiásticas ou o que faz a profissão de ler” (PERDIGÃO, 1922, p. 4). Nesse sentido, independentemente do qualificativo dado aos sujeitos citados, as *formas de fazer* foram determinantes e por eles foram utilizadas e aplicadas. Leitura que “[...] não evoluiu numa direção única, a da extensividade. Ela assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais e em épocas diversas” (DARNTON, 2010, p. 179). Enfim essas estatísticas só podem “[...] servir como sintoma e, depois de esgotada a [possível] mensuração, o historiador tem de enfrentar a tarefa de diagnosticar algo inquantificável: as alterações nos sistemas de significado” (DARNTON, 2010, p. 318); isto é, procurar nas permanências ocultas, os desvios de resistências e sobrevivências, fazendo do impensável, o tecnicamente tratável nos modos de fazer o histórico (DE CERTEAU, 1982). Diversas *formas de fazer* no ato de leitura e na relação com as produções culturais (sejam livros escolares ou não escolares, jornais, folhetos) que embora não capitalizem seus efeitos em nenhum lugar definido, se praticaram “de maneira indefinidamente recorrente e nunca idêntica, nos espaços que não ‘se’ construiu nem se quis, mas dos quais ‘se’ é simplesmente usuário” (CHARTIER, A.; HÉBRARD, 1998, p. 3).

Os textos (manuscritos e/ou impressos) na história do livro e da leitura, em tempos distintos e em diversos espaços, também foram apropriados pelo leitor popular e por aqueles que não estavam incluídos na categoria. Leitores de condição humilde com posse do escrito, independente da natureza do suporte, que não lhes foram particularmente destinados (CHARTIER, 1994). Scandella, apelidado de Menocchio, o moleiro friulano de Ginzburg (1987)¹⁶, em *O queijo e os Vermes; o Valentin Jamerey-Duval*, de Jean-Marie Goulemont (1996); e o *Escravo* de Grego de Tours (1799), analisado por Jean Hébrard (1999), salvando as diferenças existentes entre esses sujeitos e os exemplos por mim citados, e as ressalvas entre esses estudos pela riqueza de detalhes analisadas pelos autores e minhas reflexões lacunares pelos limites das fontes, me permitem considerar esses sujeitos não reconhecidos na história oficial, mas nem por isso inexistentes, como provas de leitores que oferecem “[...] um sentido próprio a materiais temáticos tão diversificados bem distante dos significados que as obras poderiam ter para seus autores ou para outros leitores” (BELO, 2003, p. 52).

Um exemplo pode ser observado no tratamento literal das imagens da língua religiosa, feita por Menocchio, “[...] que desloca o acento das metáforas, e compreende ‘errado’ sem, na verdade, compreender mal” (HÉBRARD, 1999, p. 64), ao achar estranho que um “fruto desgraçado” tivesse ocasionado as calamidades e a morte da raça humana, e que todos fôssemos pecadores antes de ter nascido. Essa maneira de apropriação de Scandella, ainda em formato de “desvio”, entendendo mal por tentar compreender a partir de outras leituras paralelas e do contato com outros gêneros de livros, não deixa de constituir-se uma prática que pode ser também executada pela representação do que se lê e pela própria resistência a o escrito por ler (CHARTIER, 1995).

Se nas *Memórias de Valentin Jamerey-Duval*, de Jean-Marie Goulemont (1996), o pastor de Lorena de Clézantaine, de 1709, de forma autodidata por um *Croix-de-par-Dieu* e, com pouca ajuda de terceiros, ao mesmo tempo em que atravessa as fábulas de “*Esopo*” (re)significando suas imagens,

16 Estudo de Carlos Ginzburg (1987) a partir de processos inquisitoriais sobre as práticas culturais heterodoxas de um moleiro do nordeste de Itália no final do século XVI, conhecido como Domenico Scandella, que o levaram à morte na fogueira. Sem nunca ter saído de Montereale, e sem saber grego e latim, Scandella leu e releu varios textos e passagens da Bíblia e do Decameron, de Boccaccio, assimilando-os, a seu modo, à sua memória, descontextualizando-os, chegando a conclusões perturbadoras, que defendeu diante dos inquisidores (BELO, 2003).

também transita timidamente pelas aventuras e romances de cavalaria encontradas na Biblioteca Azul da sua aldeia, “onde devora todos os livros que pode encontrar, [...] memoriza seus textos e recita suas mais belas passagens a seus companheiros pastores” (HÉBRARD, 1999, p. 87); por outro lado, o escravo Brachio, segundo Tours (1799), aprende a ler e a escrever antes de conhecer o alfabeto, “aprendendo a localizar na página impressa o texto que deviam ler para ele inúmeras vezes e que, certamente, tinha memorizado” (HÉBRARD, 1999, p. 59). Enfim todos os exemplos citados apontam uma vez mais para as múltiplas inventividades individuais criadas ou recreadas, seja pelo sujeito leitor ideal, seja pelos indivíduos historicamente julgados de não leitores frente à leitura e ao ato de ler. Inventividades e caças furtivas que independentemente do texto e do contexto, das regras a inculcar e das normas a seguir, da liberdade de ler nas diferentes situações de leitura e da censura imposta ao escrito, à imprensa e mesmo às práticas leitoras, são de natureza incontroláveis, multiformes, dissimuladas, silenciosas, mas nem por isso, menos eficazes.

4. Conclusão

Na tentativa de concluirmos posso apreciar a partir dos leitores anônimos aqui apresentados em diferentes temporalidades/espacos e dos usos que fizeram do escrito no ato da leitura (embora não reconhecidos e subestimados pela história oficial) como improvisaram com ela e inventaram dela, aquilo que as possibilidades lhes permitiram. Livros escolares e leituras aparentemente vetados, seja pela cultura livresca onde o escravo, o pobre, o negro e a mulher não tinham nem vez nem voto, seja pela imprensa jornalística motivada por interesses políticos, em detrimento da instrução, em que os esquecidos, os não contemplados ou os renegados pelos jornais, fizeram de alguma forma deste suporte (embora aparentemente não direcionados de modo intencional para esse público) o responsável pelo incentivo à leitura, o acesso aos registros e a disposição inventiva ao ato de ler.

Nesse sentido, parece que as estratégias de imposição auxiliadas de um sistema estruturante e impérvio, que aparentemente regulariza e homogeneiza as massas nunca homogêneas, podem ser constantemente anuladas, burladas ou simplesmente ignoradas pelas táticas de apropriação de aqueles grupos ou indivíduos que, a partir das múltiplas formas de inventar e criar suas práticas, enfrentam as ordens sem abertamente enfrentá-las, discutem as múltiplas possibilidades sem diretamente discuti-las e lutam por seus espaços sem aparentar luta; isto é, no meio de um cenário controlado, refratário e excludente, esse indivíduo ou grupo de indivíduos, não contemplados, não escutados, deslegitimados e sugestivamente controláveis, inventam mil *formas de fazer* e de ser, estabelecendo uma correlação de força, silenciosa e subterrânea, mas não menos diligente e enérgica na construção de uma “geografia do possível” (DE CERTEAU, 1995).

Não se trata apenas de fazer falar esses “[...] imensos setores adormecidos da documentação’ e dar voz a um silêncio [...]. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra que funciona diferentemente” (DE CERTEAU, 2006, p. 83), compreendendo-se por meio das tensões latentes nos registros, dos jogos de força implícitos na documentação e das redes de conflito estabelecidas nos suportes analisados, o lugar outorgado ao leitor ideal/escolarizado e ao leitor deslegitimado, mas nem por isso transformado num sujeito não-leitor. Estudo que se centra “[...] sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 1989, p. 14), na tentativa de repensar sobre a urgência de investir na História da Leitura local, na História da Alfabetização regional, na História do livro escolar no Maranhão, ao mesmo tempo em que nos sugere uma retomada da História da Educação Maranhense já consolidada na tentativa de revê-la partindo

de novos enfoques, de novas metodologias e de novos objetos; isto é, compreender esses objetos, procederes e atores situados em tempos específicos, seguindo os fios da história “[...] que ajuda a nos orientarmos no labirinto da realidade – e os rastros” (GINZBURG, 2007. p. 7).

Referências

A BANDURRA. São Luís: [s.n], 1828.

A REVISTA. São Luís: [s.n], 1848.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. A educação feminina em São Luís (século XIX). In: COSTA, Wagner Cabral da. (org.). *História do Maranhão: novos estudos*, São Luís: EDUFMA, 2004.

ARGOS DA LEI. São Luís: [s.n], 1825.

BAKHTIN, Mikhail. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1985.

BELO, André. *História & livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar: 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CALDEIRA, José de Ribamar C. *O Maranhão na Literatura dos viajantes do século XIX*. São Luís: AML/Sioge, 1991.

CASTELLANOS, Samuel L. V. *Práticas leitoras no Maranhão na Primeira República: entre apropriações e representações*. São Luís: EDUFMA, 2010.

_____. *O livro escolar no Maranhão Império (1822-1889)*. São Luís: EDUFMA; Café & Lápis, 2017.

_____. Livros de leituras nos manuais de civilidade como cultura material da escola maranhense para o ensino do ler e do vir-a-se. *Cadernos de História da Educação* (online), v. 21, p. 1-21, 2022a.

_____. Childhood of the artificer apprentices in Maranhão Empire (1841-1899). *Paedagogica Historica*, v. 6, p. 1-17, 2022b.

CASTELO BRANCO, J. S. *Selecta Escolar*. São Luís: Tipografia de Frias & Filho, 1886.

CASTRO, César (org.). *Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1835-1889*. São Luís: EDUFMA, 2009.

CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel L. V. Apropriações e representações sócio-históricas do trinômio leitura-texto-leitor. *Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, n. esp., p. 46-63, 2009.

CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. *A invenção do cotidiano: uma leitura, usos*. São Paulo, n. 17, p. 29-44, nov., 1998.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1988.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria M. galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1994.

_____. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

_____. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. São Paulo: Mercado de Letras (ALB), 2003.

CORRÊA, Carlos H. A. *Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852 – 1910)*. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

CRUZ; Mariléia dos Santos. *Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escrava do Maranhão no século XIX*. 2008. 195 f. Tese (Doutorado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2008.

DARNTON, Robert. *El colóquio de los lectores. Ensayos sobre autores, manuscritos, editores y lectores*. México: FCE, 2003.

_____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. *A cultura no plural*. São Paulo: Papirus, 1995.

_____. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. São Paulo: Córtes, 1989.

FONSECA, R. Alves. Pe. *Selecta nacional*. v. 1. Maranhão: [s.n.], 1873.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livreria do cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

GINZBURG, Carlos. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção dos sentidos. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005

HÉBRARD, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, Márcia. (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. São Paulo: ALB/FAPESP/Mercado das Letras. 1999.

JORGE, Sebastião. *A imprensa do Maranhão no Século XIX (1821-1900)*. São Luís: Lithograf, 2008.

JORNAL MARANHENSE. São Luís: [s.n.], 1841.

JORNAL MARANHENSE. São Luís: [s.n.], 1875.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. Os livros que vinham de longe / Os livros que aqui gorgeliam. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LARROSA, Jorge. Os paradoxos da repetição e a diferença. Notas sobre o comentário do texto a partir de Foucault, Bakhtin e Borges. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história de leitura*. São Paulo: FAPESP, 1999.

LOPES, Antonio. *História da imprensa no Maranhão (1821-1925)*. Rio de Janeiro: DASP, 1959.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Breves reflexões acerca da revolução da Província do Maranhão*. São Luís: Tipografia do Progresso, 1858.

MARQUES, César Augusto. *Almanaque de Lembranças Brasileiras*. Livr. Pop. Magalhães, 1862.

- MARQUES, César Augusto. *Aos meus meninos*. 2. ed. São Luís: Livraria Popular de Magalhães, 1874.
- MARQUES, César Augusto. *A Província do Maranhão*: breve memória. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876.
- MELLO, Capristano Bandeira. Presidente de Província [Correspondência]. Destinatário: Tibério César de Lemos. Inspetor da Instrução Pública. [s.l.], 1885. (doc. 1055).
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.
- MOTTA, Diomar das Graças. *As mulheres professoras na política educacional no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2003.
- O CONCILIADOR DO MARANHÃO. São Luís: [s.n.], n. 79, p. 3, 1822.
- O PAIZ, São Luís: [s. n.], 1864, ano II, n. 34, p. 3.
- O PUBLICADOR MARANHENSE. São Luís: [s.n.], 1852.
- O PUBLICADOR MARANHENSE. São Luís: [s.n.], 1853.
- O PUBLICADOR MARANHENSE. São Luís: [s.n.], 1871.
- PERDIGÃO, Domingos de Castro. *O que se deve ler*. São Luís: Imprensa Oficial, 1922.
- REGO, Fabio Hostillio de Moraes. *Breve notícia sobre a Província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, 1875.
- REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. Florianópolis: Mulheres, 2004.
- RODRIGUES, Antonio Marques. *O livro do povo*. 9. ed. Maranhão: Typ. Frias, 1881.
- RODRIGUES, Antonio Marques. *O livro do povo*. 4. ed. Maranhão: Typ. Frias, 1865.
- RODRIGUES, Antonio Marques. *O livro do povo*. 1. ed. Maranhão: Typ. Frias, 1861.
- SILVA, Cincennato Pinto da. Presidente de Província [Correspondência]. Destinatário: Tibério César de Lemos. Inspetor da Instrução Pública. [s.l.], 1881. (doc.1055).
- SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- VIEIRA, David Gueiros. Prefácio. In: OLIVEIRA, A. de Almeida. *O ensino Público*. Brasília: Senado Federal, 2003.

Recebido em: 01/11/2022

Aceito em: 30/11/2022